

A identidade nacional e o mar

Vítor Crespo

Nesta curta exposição não pretendemos abordar o essencial do tema que constitui este painel, mas tão-só contribuir para abrir o debate, com considerações sobre alguns aspectos da realidade nacional que julgamos mais terem contribuído para enformar a maneira de Portugal ser e estar no mundo.

1. Identidade nacional

Começaríamos por apresentar esta questão de forma axiomática.

Portugal e o povo português têm e desejam manter e afirmar uma identidade nacional.

Colocamos o problema desta forma porque consideramos que, tanto interna como internacionalmente, é reconhecida essa realidade.

Limitar-nos-emos por isso a tentar analisar alguns dos factores que quanto a nós devem estar subjacentes para a sua formação.

a. *A História*

Portugal e os portugueses têm uma longa história como povo e como Estado-Nação caracterizado por notável independência política.

Esta característica deve ser salientada por aquilo que representa de afirmação de uma vontade, formada internamente, portanto nacional, a orientar a acção do Estado, ou ainda como expressão comum de rejeição de opções não democráticas, mesmo quando tomadas em nome da Nação. Num caso e outro sempre vontade forjada internamente em apoio ou recusa de decisões nacionais e não contraposta a uma vontade exterior como acontece nos casos de perda de independência. No caso português há, por isso, um real sentimento comum de responsabilidade nacional pelo nosso destino histórico. Fenómeno esse que a existência de um vizinho de grande poder e marcado vinco cultural particularmente acentuou.

É certamente esse sentimento comum de continuidade do passado, de necessidades presente e de aspirações futuras que mais caldeia os comportamentos do grupo e que mais pesará na existência de uma identidade colectiva.

Assim, a história será, no caso português, o factor aglutinante geral que mais terá contribuído para a formação de uma identidade nacional e um dos que porventura mais influenciará a sua afirmação futura.

b. *Homogeneidade étnica*

Tendo o país sido habitado por povos de origens tão diversas como Celtas, Fenícios, Cartagineses, Judeus, Romanos e Muçulmanos teremos de reconhecer que desde muito cedo existe nos seus habitantes uma notável homogeneidade étnica, linguística e mesmo religiosa.

A explicação desta homogeneidade não poderá encontrar-se na raça, como pretendem alguns autores, ao admitir uma hegemonia dos primitivos habitantes da zona que vai do norte do Douro ao Tejo sobre os restantes povos que ocuparam o território e a quem, por isso, atribuem a ancestralidade portuguesa.

Nem deverá também procurar-se em confinantes geográficas já que as três regiões, Norte Atlântico, Norte interior e Sul (mediterrânico) se prolongam pelas regiões espanholas que lhes são contíguas. Esta notável homogeneidade étnica, linguística e religiosa deverá ser explicada a partir da História. Só entender-se através de um destino histórico comum dentro das fronteiras políticas mais estáveis e antigas o qual determinou uma vivência comum e o entrecruzar dos elementos distintos, num constante criar da unidade a partir da diversidade.

c. *Situação geográfica*

Não se distinguindo dos territórios vizinhos com que confina e não havendo uma unidade geográfica no território nacional, devemos salientar uma característica que é comum a todo ele, a sua situação de extremo limite do continente europeu. De facto, Portugal com a Galiza constituem o termo da continuidade da Eurásia. Para além das suas costas não há ilhas próximas, nem havia terras conhecidas nos primeiros séculos da sua existência como país.

Esta sim é uma singularidade nacional relativamente aos restantes territórios peninsulares,

singularidade que viria a tomar-se decisiva. Será esta característica que determinará em muitos aspectos a história nacional e, com ela, a nossa maneira de ser e estar no mundo. Esta singularidade terá mesmo gerado as potencialidades que permitiram que Portugal se conservasse independente durante o longo período da unificação dos países peninsulares no Estado Espanhol e mantivesse posteriormente essa independência com o decorrer dos séculos.

No tempo da reconquista do território nacional já se notam efeitos determinantes desta situação geográfica na utilização de cruzados vindos do Norte em pelo menos seis tomadas de cidades aos mouros. Ainda durante a Idade Média e num volume crescente, é de assinalar o comércio existente com todos os do ocidente europeu. Das trocas de sal por cereais no início passou-se posteriormente para trocas de vinho, azeite, frutas, mel, cera, couros, cortiça, etc. por cereais, têxteis e metais, armas e artefactos.

Comércio detido pelo sudoeste de França desde a alta Idade Média é prejudicado pela Guerra dos Cem Anos no séc. XIV, passando a partir daí, progressivamente, para mercados da Flandres e para portugueses e italianos. Assim, mercados portugueses e estrangeiros, residentes em Portugal, passam a assegurar grande parte das trocas entre os países do noroeste europeu e os países do mediterrâneo cujas rotas tinham escalas obrigatórias nos portos nacionais, Setúbal, Lisboa e portos do Norte com relevância para o Porto.

Mercê dessa situação, o país tomou-se um hegemónico centro financeiro europeu, não só pela importância que crescentemente foram tendo os comerciantes portugueses, mas também pelos interesses estrangeiros ligados ao comércio e estabelecidos em Portugal.

Descrito que foi o início do movimento comercial português, não irei lembrar a relevância da situação geográfica no incremento do comércio português durante os séculos XV e XVI. Não recordarei também o florescimento do país através dele. Omitiremos ainda a influência que todo este circunstancialismo teve nos descobrimentos e na organização do império. Não poderemos porém deixar de lembrar que hoje, mesmo sem império, Portugal ainda se situa no extremo limite da Europa e se prolonga no Atlântico através de dois

arquipélagos constituindo um vasto espaço português. E ainda que a individualidade e singularidade do país, relativamente às restantes regiões hispânicas, se deve a essa ligação permanente ao exterior que a situação geográfica determinou e o mar proporcionou.

Nos nossos dias, consolidada que está a identidade nacional, a situação geográfica e tudo o que com ela se relaciona, são ainda elementos a ter em conta quando se pensa em termos do Portugal do futuro.

d. A cultura

Até ao início do século XIV as escolas portuguesas achavam-se reduzidas às existentes em alguns poucos conventos e bispados. Isso, quando em bastantes pontos da Europa já florescia muitas universidades desde o século XII.

Não admira portanto que na cultura portuguesa de então, apesar da acentuada influência eclesiástica, predominasse a cultura «tradicional» transmitida por via oral e limitada ao estabelecimento de padrões de valor, normas de comportamento e à comunicação de uma certa visão do mundo. Porém, mais importante do que isso, para o que pretendemos analisar, importa o facto de até ao século XIV como referem A. J. Saraiva e O. Lopes se não poder individualizar uma cultura portuguesa ou mesmo galaico-portuguesa. De facto, não podemos distinguir com precisão até então uma cultura portuguesa de uma cultura hispânica, em particular da de Leão e Castela, sendo que a cultura comum aos três países pode claramente ser individualizada de outras que se registavam em outras zonas da Europa. Mais uma vez por aqui se vê que as razões da independência do nosso destino histórico não deverão ser procuradas na existência de uma vincada identidade cultural circunscrita a um povo ou a um território. Pelo contrário, como teremos ocasião de observar, será a independência política e económica que determinará a singularidade da cultura nacional.

Poderemos começar a falar de cultura portuguesa como cultura individualizada e também de independência consolidada, quando se vence a crise que culminou em 1383-85. Curiosamente também quando se verifica uma enorme reorganização na estrutura social e política do país e quando Portugal, buscando capacidades de sobrevivência como Estado independente, se vira para o mar. Inicialmente, através da aliança com a Inglaterra, com quem aliás tinha já muitas afinidades marítimas e comerciais, e posteriormente, com o comércio favorecido pela expansão africana.

Estava lançado a partir daqui o traço daquilo que havia de marcar mais profundamente a maneira futura de Portugal ser e estar no mundo: Portugal, país pequeno e de reduzidas capacidades, iria procurar no seu relacionamento internacional a dimensão e as potencialidades que o seu espaço e riqueza não permitiam.

A partir do século XV os contactos internacionais muito frequentes, dos quais, pela importância cultural que tiveram, se devem salientar os mantidos com os Estados Italianos e do Noroeste Europeu, designadamente com as cidades de Bruges e Antuérpia, permitiram que fossem introduzidas no nosso país em tempo actual as correntes inovadoras da época. O florescimento do Humanismo português encontrará aí a sua explicação.

A riqueza que um comércio florescente proporcionava e a novidade que as descobertas constituíram chamaram a atenção de toda a Europa evoluída da época para o país. Assim, houve oportunidade de abrir a universidade e outros centros de saber a estrangeiros dos mais cultos ao seu tempo que por cá se fixaram, assim como houve a oportunidade de mandar estudantes frequentar universidades e colégios europeus. É a partir deste período em que se verifica uma abertura do país ao mundo geográfico e também ao mundo do saber que, de facto, floresce e se individualiza uma real cultura portuguesa.

Teremos aqui de salientar os méritos e mesmo a actualidade de uma política que, procurando no

estrangeiro o que de melhor havia no domínio do saber, o fazia com o sentido do interesse nacional, integrando os valores importados nos nacionais, enriquecendo-os, mas sem sujeições descaracterizantes. De facto a cultura portuguesa do século XVI emparceirava com a melhor cultura europeia.

Não havia de durar muito, no entanto, a liberdade de criar que pouco depois se veria restringida pelas malhas da Inquisição e dos Jesuítas.

Esta marca da luta contra a Inquisição e a opressão que viria a dominar a cultura portuguesa durante 200 anos consecutivos, aos quais se seguiram depois largos períodos semelhantes, é ainda uma característica nacional que não poderemos ignorar ao tentar analisar as principais constantes da nossa identidade ...

É durante a afirmação do estado moderno que a cultura portuguesa se consolida como cultura nacional de forma irreversível.

Durante o período filipino é já bem distinta a cultura portuguesa da espanhola apesar do esplendor daquela. Acontece até que são de referir influências portuguesas em Espanha devidas à ida para a corte de Madrid e Valladolid de grande número de intelectuais e artistas portugueses.

Ao assinalar, ainda que só em breves notas, a caminhada que permitiu a individualidade da cultura portuguesa dos nossos dias, não podemos ignorar o movimento restaurador e aquilo que ele representou durante todo o final do século XVII. Num movimento que ainda se mantém nos nossos dias, foram substituídas as tradicionais relações culturais com Espanha por influências de origem francesa e inglesa.

Estavam com isso estabelecidas, as vias que possibilitaram atingir o surto de progresso e o desenvolvimento técnico e científico que o país conheceu no século XVIII e que a exportação de vinho e o ouro do Brasil propiciaram. Embora sejam designados por estrangeirados os responsáveis pelo progresso das Luzes, tal como no século XVI, teremos de assinalar o notável esforço por eles produzido no sentido da procura e aproveitamento de valores portugueses e de adaptação do saber importado aos interesses nacionais.

Mas a génese da identidade nacional não poderá ser apreciada sem pelo menos uma referência à influência que nela teve o Império ou os vários impérios. Os cinco séculos da sua existência e as múltiplas orientações a que foi sujeito produziram formas tão diversas de contacto com outros povos como as que derivam do comércio estabelecido com espírito mercantil e interesse mútuo, com vantajosas trocas recíprocas de saber e do qual resulta interpenetração de culturas e laços estáveis de cooperação; as que se traduziram em formas fixas de ocupação mas com associação de elementos locais e incorporação de aspectos da sua cultura dando lugar ao hibridismo; até às formas de ocupação para exploração do território com imposição de cultura e todas as consequências que daí resultam em antagonismos e recusa mútua de comportamentos e valores.

Não nos debruçaremos sobre a influência que terá tido na nossa cultura essa extensa diáspora do povo português pelo mundo, nem os traços da cultura portuguesa e outras influências que do Japão ao Brasil terão ficado, como aliás foi recentemente muito bem documentado na XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa. Queremos porém salientar, a propósito do tema deste painel, a importância e actualidade dessas influências nos países africanos que recentemente se tornaram independentes.

É sabido em geral que os portugueses têm grande capacidade de viver noutras paragens e de se relacionar com outros povos. Tem sido largamente referido ultimamente que o nosso poder económico não levanta problemas de dominação neo-colonial e que a capacidade tecnológica de, que dispomos é adequada para a maioria dos empreendimentos dos países em vias de desenvolvimento. E do domínio público dispor-se em Portugal de conhecimentos especiais sobre muitas das infra-estruturas técnicas e industriais e mesmo sobre muitas empresas e organizações existentes nos países africanos de expressão oficial portuguesa.

Porém - facto que desejo vivamente sublinhar para a discussão do tema deste painel - não tem sido divulgado, com o realce que merecem, o valor e a actualidade dos conhecimentos técnicos e científicos de que se dispõe em Portugal sobre matérias tropicais e em particular sobre temas relativos aos países que foram colónias portuguesas.

Discutiam-se no tempo colonial problemas de custo/eficácia de alguns dos estudos científicos efectuados sobre matérias ditas ultramarinas. Contestava-se mesmo a utilidade/prioridade de alguns desses estudos. Analisado, porém, na sua globalidade, o saber nacional sobre esses países e zonas, não poderemos deixar de lhe atribuir um valor incalculável e de dizer que muitos dos maiores especialistas sobre essas matérias se encontram em Portugal - trabalhando ou não nas disciplinas a que se dedicaram.

Assim, hoje, e relativamente às zonas das antigas colónias portuguesas, o principal centro de conhecimento sobre matérias tão diversas como geografia, cartografia, hidrografia e climatologia; geologia e petrologia; agricultura, pecuária e florestas; biologia e medicina tropical; etnologia e linguística e outros, situa-se em Portugal e é tido ou prosseguido por portugueses.

Este importante acervo de conhecimentos sobre matérias tropicais e africanas terá que ser preservado e prosseguido em todos os domínios onde se lhe reconheça valor e deverá ser potenciado sempre que, tal como hoje acontece entre nós, se analisar o potencial nacional e se procurarem maneiras de o valorizar.

2. Conclusão

Procuramos salientar, ilustrando com as notas anteriores, a importância que a posição geográfica teve na autonomia da nação e o valor da consequente ligação ao exterior, simultaneamente, na criação de uma identidade nacional e na viabilização da sua independência. E ao pensar na ligação ao exterior não poderemos deixar de referir a importância decisiva que o mar teve na escolha dos sectores com que se estabeleceu essa ligação e na sua concretização. De facto, essa ligação tem sido permanentemente a que corresponde à hegemonia que derivou do domínio do mar. Tal foi conseguido tornando-se o próprio país potência marítima ou, o que aconteceu durante mais tempo ao longo da História, através de alianças com a potência marítima.

Hoje, que o conceito de domínio do mar está mais difuso e com ele a distinção entre potência marítima e continental, é ainda de salientar a importância que o mar e tudo o que com ele se relaciona tem no nosso destino histórico.

Quando como neste painel, se pretende pensar na forma de Portugal ser e estar no mundo dos nossos dias, apesar da singularidade das condicionantes do actual relacionamento internacional, não podemos ainda, sem correr o risco de descaracterizar o país e sem menosprezar a principal fonte donde nos tem vindo a capacidade de manter a autonomia, não podemos, dizíamos, fixar objectivos, gizar políticas, estabelecer planos, enfim repensar Portugal, sem considerar em todas as suas implicações as duas principais constantes da nossa existência como país e povo:

- a nossa posição como extremo limite da Europa com as extensões insulares atlânticas, com tudo o que de singularidade isso representa em relação aos restantes espaços ibéricos e mesmo em relação ao continente europeu;
- a indispensabilidade de um relacionamento internacional de características tais que permita compensar a pequena dimensão e riqueza do território pátrio através da aplicação das nossas capacidades no exterior.